

Redes sociais e história digital

Social networks and digital history

Redes sociales y historia digital

Débora El-Jaick Andrade¹  

RESUMO

O artigo aborda a constituição do campo da História Digital, as formas como os historiadores estão investigando as fontes virtuais que são produzidas e circulam nas redes sociais digitais, apontando algumas dificuldades e cuidados que os historiadores precisam tomar ao realizar a crítica destas fontes. Discute a monopolização e controle da internet, através das redes sociais digitais e dos algoritmos por parte das plataformas tecnológicas, como o Google, Twitter, Facebook, You tube e a centralidade que estas adquiriram no debate público nas últimas décadas. As redes são espaços virtuais de sociabilidades, interação e ativismo político, amizades, relações afetivas, privacidade, entretenimento, comunicação, letramento, imaginário, de circulação das ideias e de trabalho, e por isto os historiadores do tempo presente, interessados nos aspectos sociais, políticos e econômicos das sociedades contemporâneas, não podem desprezar estes registros construídos nas redes, que pertencem a uma cultura cibernética, ou o potencial das redes como método de investigação histórica, de divulgação e de construção coletiva do conhecimento.

Palavras-chave: Redes sociais digitais; fontes natas digitais; história digital; Historiografia; história do tempo presente.

ABSTRACT

The article discusses the constitution of the field of Digital History, the ways in which historians are investigating the virtual sources that are produced and circulate in digital networks, attracting some difficulties and care that historians need to take when criticizing these sources. It discusses the monopolization and control of the internet, through digital social networks and algorithms by technological platforms such as Google, Twitter, Facebook, You Tube and the centrality they have acquired in the public debate in recent decades. Networks are virtual spaces of sociability interaction and political activism, friendships, affective relationships, privacy, entertainment, communication, literacy, imaginary, circulation of ideas and work, and for this reason, historians of the present time, interested in social aspects, politicians and academics of contemporary societies cannot ignore these records built on networks, which belong to cybernetic culture, or the potential of networks as a method of historical investigation, dissemination and collective.

Keywords: Social networks; born digital sources; digital history; historiography; Present time history.

RESUMEN

El artículo discute la creación de la Historia Digital, las formas en que los historiadores están investigando las fuentes virtuales que se producen y circulan en as redes sociales digitales, señalando algunas dificultades y cuidados que los historiadores deben tener al criticar estas fuentes. Se discute la monopolización y control de internet, a través de redes sociales digitales y algoritmos por parte de plataformas tecnológicas como el Google, Twitter, Facebook, You tube y la centralidade que estas han adquirido en el debate público en las últimas décadas. Las redes son espacios virtuales de sociabilidad, interacción y militancia política, amistades, relaciones afectivas, privacidade, entretenimento, comunicación, alfabetización, circulación, de ideas y obras, y por ello, historiadores de la actualidad, interesados en aspectos sociales, políticos y la economía de las sociedades contemporâneas, no puede ignorar estos registros construídos en redes, propios de una cultura cibernética, ni el potencial de las redes como método de investigación histórica, difusión y construcción coletiva del conocimiento.

Palabras-claves: Redes Sociales; fuentes nativas digitales; historiografia; historia del tiempo presente.

¹ Doutora pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Instituto das Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Rua José do Patrocínio, Centro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil, CEP: 28010-385. E-mail: debandrade.andrade54@gmail.com

INTRODUÇÃO

Um dos assuntos mais comentados da atualidade nos portais de notícias diz respeito à regulação das redes sociais digitais. Na mídia a regulação engendra o debate público, com personalidades do mundo político, acadêmico e jornalístico enfileirando-se contra ou a favor da imposição de regras para as empresas cumprirem². Até então cabia às próprias corporações se auto regularem e retirarem conteúdos que julgassem que infringiam as diretrizes de cada plataforma. Nos últimos anos, formou-se a compreensão de que a internet é um espaço público que não pode ficar inalcançável às penalidades da lei. Na Europa, o debate público resultou na aprovação da Lei de Mercados Digitais e da Lei dos Serviços Digitais da União Europeia em abril de 2022³.

A grande controvérsia nos últimos anos derivou da aquisição do Twitter, importante plataforma de comunicação digital, pelo bilionário Elon Musk, que gerou turbulência e insegurança sobre os rumos que o novo proprietário destinaria ao aplicativo⁴. Ao lado disto, estava por trás da iniciativa a preocupação com os atos terroristas e atentados racistas (um exemplo foi a invasão do capitólio nos Estados Unidos), com a circulação de fakenews, teorias conspiratórias e discurso de ódio, impulsionados por algoritmos considerados sigilosos pelas empresas. As “Big Techs” - as grandes empresas de tecnologia como a Amazon, Google, Apple, Meta, Microsoft - têm estado, não apenas no centro da terceira revolução industrial, mas têm sido objeto de disputa judicial, pelo menos desde que o Facebook foi convocado para comparecer e prestar depoimento no congresso norte americano. As autoridades envolvidas na aprovação da nova lei europeia afirmavam a necessidade de adequar a legislação e colocar os limites à exposição dos internautas, sem que, no entanto, a lei da liberdade de expressão fosse infringida. Com tal intuito, a nova lei previa regras especiais para a atuação de grandes empresas de tecnologia, com punições rígidas e até banimento da rede social da Europa em caso de infração. Vai se formando um consenso de que estas mídias sociais precisam ser reguladas, certeza que não existia no início da internet.

Manuel Castells em *A Galáxia da Internet*, descreveu em detalhamento o desenvolvimento da internet, cujo nascedouro está relacionado à inteligência militar e aos conflitos da Guerra Fria, desde suas origens, nos anos 1960 com o ARPANET, uma rede de computadores estabelecida pela ARPA (Agência de Projetos de Investigação Avançada), que consistia em um programa menor desenvolvido para construir um sistema de comunicações militares vinculado ao Departamento de Defesa de Estados Unidos. Na década de 1970, as redes de computadores interconectados foram implantadas em universidades norte americanas e, em 1990, a ARPANET, tecnologicamente obsoleta, foi desmontada e entregue à privatização. Por volta de 1995, quando a tecnologia já estava definitivamente em domínio público, com vários provedores de serviços construindo suas próprias redes e passarelas (gateways) com fins comerciais, desenvolveu-se rapidamente para o uso privado. Este fenômeno foi impulsionado pela generalização do microcomputador de mesa e pela possibilidade de transmi-

2 Uma conferência mundial “Para uma Internet Confiável” (Internet for Trust - Towards Guidelines for Regulating Digital Platforms for Information as a Public Good), que foi realizada entre os dias 21 e 23 de fevereiro de 2023, na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em Paris.

3 A Lei de Mercados Digitais (DMA) introduz novas regras de concorrência e a Lei de Serviços Digitais (DSA) exige maior fiscalização das próprias plataformas sobre o conteúdo ilegal na internet.

4 De um lado Musk pretendia tornar o Twitter mais lucrativo, cobrando pelos perfis certificados, demitindo a equipe que geria o Twitter. Por outro lado, tinha como objetivo retirar a censura de perfis que haviam sido bloqueadas, como o de Donald Trump.

tir-se o sinal de internet através das linhas telefônicas (CASTELLS, 2001, p. 31; WU, 2012, p. 87). Ao longo da década de 1990 proliferaram usuários e sítios na rede, que eram em 600 em 1993, até que em 1997 a web já possuía 10 milhões de hosts e 1 milhão de domínios registrados (DANESI, 2008). O número de usuários também saltou de 45 milhões em 1996 para 407 milhões na passagem no milênio. Sobre este período, os relatos exaltam o empreendedorismo e a criatividade de jovens com formação superior incompleta que investiam em criar mecanismos de busca, softwares, plataformas. Tratam esta como uma etapa heroica, de oportunidades de enriquecimento, que permaneceu por muito tempo no imaginário, como demonstram as biografias de Steve Jobs da Apple, de Marc Zuckerberg, co-fundador do Facebook e de Bill Gates, fundador da Microsoft - versões modernas do *self made man*. Em 1992, a world wide web foi desenvolvida por Tim Berners-Lee no European Nuclear Research Centre como uma rede de computadores com capacidade de proporcionar informação de forma mais organizada do que qualquer outro sistema até então. (WATSON, 2012, p.319) Hackers no mundo inteiro desenvolveram navegadores e os lançaram gratuitamente, à princípio, para fins educativos. Em 1994, Jerry Yang e David Filo, dois jovens pioneiros da internet fundaram na garagem de casa a ferramenta de busca Yahoo! que permitiu a expansão da web, até que em 2001 foram rivalizados por dois jovens independentes, Sergey Brin e Larry Page, que como estudantes de ciência da comunicação em Standford, também em uma garagem alugada, lançaram o Google no mercado, um site de busca que se tornaria, inclusive, sinônimo de procurar na internet (a gíria “dar um google” em português ou o verbo “to google” incluída na edição do Dicionário Oxford em 2006).

Ao sistema estruturado em redes de IPs interconectados foi dado o nome de internet em 1995, definido pela *The Federal Networking Council*, um grupo de representantes de agências federais que atuou como um fórum. A nova tecnologia, disponível e acessível de forma desigual nos últimos 30 anos, teve usos e impactos diferenciados em cada local ou país. Autores importantes como Van Dijk tem chamado a atenção para a desigualdade do acesso à conexão dentro dos países e entre estes (VAN DIJK, 2013, p. 109). Não obstante, a popularização da world wide web, fez com que grande parte da participação política na contemporaneidade, assim como do entretenimento, ativismo, negócios, jornalismo, educação e comunicação se efetuasse por meio das redes; blogs, memes, chats, caixas de comentários, hashtags mais citadas, curtidas, campanhas e petições *on line*, notícias falsas, cancelamentos, *lives*, viralizações, campanhas de boicote de marcas ou de perfis, extraviados em um universo infinito de interações e compartilhamentos, pertencem a uma cultura cibernética e tornam-se documentos, vestígios, registros de comunicação entre internautas e matéria prima para os historiadores do tempo presente.

Os historiadores, que no século XIX se restringiram a narrar a História dos Estados Nacionais, passaram a se dedicar a interpretar os processos globais ou transnacionais, interessaram-se pelas trocas e transferências culturais que ocorrem no tempo sincrônico. O ciberespaço não é um espaço físico de verdade, mas uma constelação de elétrons que armazenam e transmitem dados, e apenas existe em função da conectividade e agilidade das interações. As mídias interativas e as comunidades virtuais são, como observou Pierre Levy (2010), desterritorializadas, e, portanto, é nelas que os processos e fenômenos transnacionais ocorrem de forma privilegiada. Na sociedade em redes, cada vez mais dependente dos meios digitais, em que os sujeitos vivem grande parte das horas do dia por meio e nas mí-

dias sociais; sociabilidades, interação e ativismo político, amizades, relações afetivas, privacidade, entretenimento, comunicação, letramento, imaginário, de circulação das ideias e de trabalho, os historiadores do tempo presente não podem desprezar as redes sociais digitais e seu potencial para o estudo da História. Neste artigo, discutiremos como o campo historiográfico tem se aproximado destes espaços virtuais como objeto de pesquisa, como fonte, e como ferramenta para a construção coletiva de conhecimento.

A GENTRIFICAÇÃO DA INTERNET E O CONTROLE SOCIAL ATRAVÉS DAS REDES

Desde os anos 1990, a internet tornou-se acessível para um público cada vez mais amplo, devido ao progressivo barateamento dos aparelhos de informática e à disponibilidade gratuita em universidades, bibliotecas, escolas, centros comunitários. Este fato poderia, em tese, abrir espaço para que ela se tornasse uma ferramenta de transformação social, de elevação da experiência cotidiana à consciência crítica de grupos subalternos da sociedade. Parte da intelectualidade progressista esperava que o crescimento da internet móvel resultaria na autonomia dos sujeitos, mas, contrariamente, alguns fatores contribuíram para reforçar a reprodução da superestrutura ideológica. Peter Burke e Asa Briggs em *Uma História Social da Mídia*, percebem que as potencialidades da internet têm sido exploradas, não apenas pelos movimentos dissidentes, mas pelos governos, inclusive sob regimes autoritários que logo passaram a utilizar a rede para rastrear subversivos, para oferecer entretenimento inebriante e para aplicar a censura à internet. (BRIGGS; BURKE, 2012, p. 340) Ao lado disto, a desigualdade de recursos entre países e entre classes sociais se traduziu em desigualdade de acesso aos pacotes de dados, que tornam a navegação limitada para maioria. Em seguida, a distribuição desigual de bens, informação e recursos digitais tornam o ciberespaço excludente. À medida que bilhões de pessoas passam em alguma medida a navegar por ele, torna-se um espaço controlado, tanto por agentes públicos, quanto por empresas privadas.

O espaço virtual, longe de ser um ambiente livre e democrático, gradualmente foi sendo monopolizado e controlado. As empresas de tecnologias dominam a web, formando grandes conglomerados bilionários, com ações na bolsa de valores, cujos lucros aviltantes dependem da coleta de dados privados dos internautas. Estas lotearam um espaço virtual que antes era visto como aberto à colaboração, ao empreendedorismo e ao debate público. Jessa Lingel, autora de *Gentrification of internet: how to reclaim our digital freedom (2021)* argumenta que a internet tem sido apropriada por grandes empresas e plataformas que são exclusivistas, assim como seu conteúdo. Propõe o conceito de gentrificação tomado à geografia urbana porque este descreve o poder e o controle que limita o que podemos fazer *on line*, um sistema que prioriza os lucros corporativos acima do bem público e que dita qual é o comportamento adequado nas redes. Como acontece com o processo de gentrificação, empresas menores são compradas ou eliminadas pela concorrência de outras mais predadoras e menos éticas, que adquirem maior valor de mercado. Isto ocorreu com companhias telefônicas, sites de busca, mídias sociais e provedores dos serviços de internet que restringiram acesso a recursos que deveriam ser da coletividade. Ao lado disto, a autora constata que a gentrificação aconteceu também nas cidades, por meio da interferência das Big Techs, que remodelam os espaços urbanos como o Vale do Silício, assim como várias cidades na baía

de San Francisco, onde estão situadas empresas de tecnologia. As empresas, igualmente, impõem uma nova cultura de trabalho que exclui a diversidade sexual e étnica dos seus funcionários e cultivam uma ideologia de concorrência. A partir desta compreensão de Lingel concluímos que a internet, originalmente aberta à livre navegação, é loteada pelas plataformas que a privatizam e arrendam para os usuários e produtores de conteúdo. Passam a deter o monopólio dos meios de produção porque criam softwares e mantêm em segredo o funcionamento dos algoritmos que impulsionam as postagens nas redes sociais, além de ter a primazia de sancionar usuários, restringir o alcance de conteúdos e canais e deter o direito sob os dados privados dos internautas.

Outro estudo que contribui para a reflexão sobre as consequências da sociedade informacional é o da psicóloga social Shoshana Zuboff que usa o conceito de “capitalismo de vigilância” para designar uma nova ordem econômica que “reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas,” (ZUBOFF, 2021, p. 15). O acúmulo de informações sobre os indivíduos entregou às máquinas grande conhecimento dos hábitos, escolhas e comportamentos. A inteligência computacional se transforma em produtos de predição que antecipam as escolhas dos indivíduos e as comercializam como predições comportamentais (ZUBOFF, 2021, p. 22-23). O pioneiro no desenvolvimento foi o Google em 2004, que começou a vigiar as correspondências particulares a fim de enviar anúncios direcionados com a desculpa de aperfeiçoar os serviços aos usuários. Através da navegação no Google, não apenas palavras-chave no buscador, mas outros dados dos usuários como estilo de escrita, ortografia, pontuação, tempo de visualização nos sites, padrões de cliques, localização, eram armazenados, primeiro acidentalmente, depois passaram a ser o objetivo. O estudante de Stanford Amit Patel, percebeu o potencial dessa acidental captura e agrupamento de dados como sensor do comportamento humano. A partir de então os engenheiros do Google transformaram o buscador em um sistema de aprendizagem contínua do navegador (ZUBOFF, 2021, p. 19-20). Através desse aprendizado o Google tornou-se a ferramenta de busca mais acessada no mundo. Em 2007 foi a vez do Facebook, com o lançamento do programa *Beacon*, que dava aos anunciantes a possibilidade de rastrear usuários através de suas compras. Porém, como Zuboff argumenta, os processos de máquina automatizados não só conheceriam nosso comportamento, como também moldariam-no em larga escala (ZUBOFF, 2021, p. 19). Conforme explica a autora: “Com tal reorientação transformando conhecimento em poder, não basta mais automatizar o fluxo de informação sobre nós; a meta agora é nos automatizar” (ZUBOFF, 2021, p. 19).

Na virada do milênio, Alain Finkelkraut já antevia o perigo eminente de um reforço na sociedade disciplinar através da criação de uma base de dados dos indivíduos que estão repertoriados, classificados e fichados em uma perpétua atualização de nosso perfil de cidadão e de consumidor, arquivos que seriam explorados pelos Estados, mas sobretudo, por empresas, conglomerados e multinacionais - na sua maioria estado-unidenses detentores de satélites, cabos e controladores dos fluxos. (FINKIELKRAUT, 2006, p. 19-20) Eli Pariser também foi outro autor que abordou este problema em 2011, antes de ser colocado em evidência após o Brexit e as eleições norte americanas, revelando a parcialidade dos mecanismos de busca do Google e do Facebook. Estes encaminhavam resultados personalizados e adequados à visão de mundo de cada internauta, baseando-se na análise dos cliques e compartilhamentos realizada por observadores algorítmicos, formando uma base de da-

dos comercializável. O resultado da filtragem de quantidade muito grande de informações, selecionadas por esses algoritmos, foi a criação de bolhas dentro das redes, impermeáveis a informações diferentes daquelas selecionadas apenas a partir das preferências reconhecidas pelos algoritmos.

Desta maneira, apesar de todo o ecossistema da web estar envolvido pela lógica da comercialização de dados e vigilância, são as redes sociais digitais que estão particularmente no centro da atenção de estudiosos de várias áreas, de autoridades governamentais, e de um impasse judicial transnacional, que envolveu governos e sociedade civil. A existência de algoritmos programados e não divulgados - segredos industriais das plataformas - constitui um dilema ético e político. Eles são um conjunto de instruções que realizam uma tarefa e são amplamente usados na programação e aplicados nas buscas na internet para aferir lucros, especialmente após a crise de 2008. Quando o papel dos algoritmos veio a público, tornou-se claro que as redes sociais digitais poderiam impulsionar ou censurar publicações, além de comercializar os dados privados extraídos dos internautas. A leitura dos algoritmos poderia ser usada, não apenas para fins comerciais, para compreender o comportamento dos usuários enquanto consumidores, mas para fins eleitorais, o que reacendeu o alerta sobre o acesso aos dados de muitos milhões de internautas ao redor do mundo.

Foi o que ficou claro quando o envolvimento do Facebook com a Cambridge Analytica veio à luz. O Facebook, que em 2012 ultrapassou a marca de 1 bilhão de usuários, alcançou o número de 2,8 bilhões de usuários ativos mensais, dentre os quais 120 milhões de brasileiros em 2020.(VITORIO, 2021,SILVA, 2020) Facebook, Inc. é uma empresa com valor de mercado de US\$ 765,5 bilhões em janeiro de 2021 (TESLA, 2021). Com sede no vale do Silício na baía de São Francisco, Califórnia, possuía cerca de 60 mil empregados ao final de 2020, e lucrou 29,1 bilhões neste mesmo ano (ROMANI, 2021). O lema do Facebook "*É gratuito e sempre será*" foi retirado da sua home em 2019, e, apesar das especulações de que poderia ser cobrado, especialistas concluem que a plataforma efetivamente é paga, uma vez que nela ocorre um intercâmbio de dados ou produtos. Enquanto navegam pelo site, usuários fornecem ao Facebook seus dados pessoais que compõe seu perfil e este os vende aos anunciantes. A empresa utilizou dados recolhidos em inquéritos e algoritmos melhorados para atingir diferentes grupos de eleitores, de acordo com o seu perfil e área geográfica. Para tanto, cedeu dados de mais de 50 milhões de usuários do Facebook, o que lançou questionamentos sobre a segurança nas redes sociais. Os dados de usuários puderam ser usados para moldar a opinião de milhares de pessoas. A disseminação de notícias falsas são reveladores de como a realidade cibernética e a tecnologia digital podem alterar substantivamente as relações sociais e orientar a opinião pública interna nos países.

Em 2016, o envolvimento do Facebook nas eleições dos Estados Unidos e no referendo sobre a permanência da Inglaterra na União Europeia, o Brexit, dominou os noticiários. Um documento da empresa britânica Cambridge Analytica, divulgado pelo jornal *The Guardian*, revelou que a estratégia teria ajudado Donald Trump a vencer a corrida presidencial norte americana, usando plataformas digitais, como o Google, Snapchat, Twitter, Facebook e YouTube. Neste mesmo ano o fundador Mark Zurckerberg recebeu uma convocação para depor na Comissão Parlamentar de Media do Reino Unido, que interrogou desenvolvedores envolvidos na violação e ordenou uma busca nos escritórios londrinos da Cambridge Analy-

tica⁵. Na mesma época, o CEO da Big Tech enfrentava nos Estados Unidos uma investigação da US Federal Trade Commission (FTC) – uma agência regulatória encarregada da proteção ao consumidor - sobre o uso dos dados pessoais pela manipulação de 50 milhões de contas para ajudar Donald Trump a vencer as eleições presidenciais de 2016. Ao lado disto, a empresa bilionária foi processada por uma coalização de 48 estados norte americanos que alegavam práticas anticompetitivas, e a FTC (Federal Trade Commission) também abriu, em paralelo, um processo contra a plataforma por monopólio (THORBECKE, 2021). Preocupada com o controle excessivo das informações pessoais e interações por parte do Facebook, a FTC declarou que esta empresa identificava as rivais mais competitivas, como Instagram e WhatsApp e as sufocava, comprando-as⁶.

Diante das pressões e críticas de tantas autoridades, o Facebook tem tentado por-se como controladora das atividades na sua plataforma - das fakenews, páginas de ódio, contas falsas. O Facebook, assim como o Twitter, se comprometeu a suspender as redes sociais de Donald Trump após a tentativa de invasão do Capitólio pelos apoiadores do ex-presidente. As duas redes sociais digitais, as maiores do mundo, viram seu valor de mercado despencar impressionantes R\$ 270 bilhões depois da notícia de que baniriam permanentemente a conta do político republicano. Segundo a reportagem, o motivo da corrida pela venda dos papéis das duas empresas está no medo de investidores de que a decisão histórica – de banir permanentemente um presidente dos Estados Unidos – pudesse fazer usuários fiéis a Trump abandonarem essas redes e migrarem para outras alternativas como a rede social Parler, que mimetiza o Twitter, fundada em agosto de 2018 e recentemente retirada do ar.

As maiores plataformas de mídias sociais também são grandes corporações tecnológicas capitalistas, que tem ações cotadas na bolsa de valores e voltam-se para serviços financeiros, como as criptomoedas e meios de pagamento, como o Facebook Pay, ao mesmo tempo que protagonizam os mais importantes embates pela comunicação no século XXI, colocando sob risco a liberdade e a privacidade de milhões de pessoas no mundo. Talvez mais do que isto, a existência destas plataformas operando na web, trate-se da condição atual para a produção de consenso, que passa pela formação das consciências em uma sociedade pós-industrial e pós moderna. Sendo assim, é fundamental que os cientistas da sociedade, os historiadores em particular, que trilham os ensinamentos de Walter Benjamin de “pentear a história a contrapelo” e de Antônio Gramsci do papel organizativo dos intelectuais na luta pela hegemonia ao lado dos subalternos, dediquem atenção às redes sociais digitais, compreendendo-as como espaço de disputa e de formação de consenso.

5 No relatório final a comissão concluía que a empresa extraía dados confidenciais dos usuários e os oferecia aos desenvolvedores ou anunciantes. Igualmente, o Parlamento europeu convidou-o a prestar esclarecimentos “a representantes de 500 milhões de europeus de que seus dados deban não estão sendo usados para manipular a democracia, explicou por Antonio Tajani.” CAMBRIDGE Analytica: Facebook’s Mark Zuckerberg summoned to UK parliament in data misuse case. DW. (2018?). Disponível em <https://www.dw.com/en/cambridge-analytica-facebooks-mark-zuckerberg-summoned-to-uk-parliament-in-data-misuse-case/a-43055148> Acesso em 22 de agosto de 2021.

6 Os processos tratam diretamente de aquisições feitas pelo Facebook nos últimos anos. Em específico, tratam do, WhatsApp, adquirido em 2014 por US\$ 19 bilhões, e o Instagram, adquirido em 2012 por US\$ 1 bilhão. O Facebook é acusado de monopólio no mercado de redes sociais e pode ser obrigado a se desfazer das duas empresas.

O OLHAR DA HISTÓRIA SOBRE AS FONTES DIGITAIS

O interesse dos historiadores pela internet e pelas mídias sociais é relativamente recente. É verdade que década 1960, o historiador social Emmanuel Le Roy Ladurie, no auge do prestígio dos métodos quantitativos aplicados à documentação histórica, predizia que os historiadores deveriam abandonar a prática secular da erudição e obter um domínio cada vez maior da informática para a constituição de um arquivo para futuras pesquisas, sob risco de tornarem-se obsoletos. (LADURIE, 1973, p.14) Porém, a maioria dos especialistas do campo continuou com seus objetos tradicionais de estudo, empregando os métodos eruditos ou voltando-se para aspectos qualitativos dos documentos que não poderiam ser reduzidos ao cálculo do computador. Foi na década de 1980, no campo da *Humanities computing*, que alguns pioneiros como Manfred Thaller, Welling, Jean-Philippe Genet, Peter Deinley, Robert Rowland, e na “História na web”, Lynn H. Nelson, Donald J. Mabry, Edward J. Ayers ou Roy Rosenzweig nos Estados Unidos, refletiram sobre a aplicação do computador à História. (NOIRET, 2015 b, p.3). Em 1985 é inaugurada a *Association for History and Computing* (AHC), evidenciando que a relação entre historiadores e a tecnologia da informação estava longe de desaparecer. Em 1994 o historiador norte americano Roy Rosenzweig fundou e dirigiu o *Center for History and New Media na George Mason University*, e por esta época surgiram projetos digitais, tais como uma das primeiras publicações on line o *Valley of the Shadow*, que digitalizou centenas de documentos de duas comunidades, do sul e do norte, durante a Guerra Civil americana e recebeu prêmios da *American Historical Association*. O projeto originou o termo História Digital, que combinou abordagens quantitativas e qualitativas dos registros históricos. Noiret a define como “todo o complexo universo de produções e intercâmbios sociais que tem como objetivo o conhecimento histórico transferido e gerado diretamente e experimentado em ambientes digitais (investigação, organização, informes, difusão, uso público e privado, fontes, livros, didática, performance”(NOIRET, 2015b, p. 2). A constituição dos arquivos digitais foram os primeiros sinais do chamado “giro digital”. Em 2011 é lançado o *Manifesto das Humanidades Digitais*, elaborado por Marin Dacose, que declarava-se a favor da integração de uma cultura digital e livre divulgação dos dados e metadados⁷.

Em linhas gerais esta rápida retrospectiva revela a emergência do campo da História Digital. A disseminação de projetos de digitalização de acervos, constituição de associações, páginas da web, dossiês de revistas e congressos a respeito da História Digital, no Brasil e no exterior, deixam claro que esta é uma tendência doravante no campo da História. Para os historiadores, um novo campo se abriu desde que o computador se tornou uma realidade ampla e acessível e, simultaneamente, os arquivos digitais multiplicaram-se. Uma série de livros e artigos dos últimos 10 anos atestam este interesse em desbravar no Brasil este

⁷ Manifesto da Humanidades Digitais. Disponível em <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/> Acesso em 14/07/2023.

novo campo, ou abordagem, como alguns o denominam⁸. Desde então, os historiadores se depararam com a massiva preservação de uma memória artificial eletrônica que assegura a reprodução de textos, manuscritos e de acervos que fazem parte do patrimônio cultural das sociedades e estão em vias de se deteriorar ou são de difícil acesso para pesquisadores, assim como para o público em geral. Este patrimônio documental digitalizado também corre perigo de ser monopolizado pelas grandes empresas de tecnologia da internet. Diante da superabundância de informação digitalizada e armazenada - a Big data⁹ - equipes de historiadores têm usado softwares como ferramentas que permitem interpretar a informação histórica, aproximando historiadores de problemas cada vez mais complexos, relativos a acontecimentos mundiais em contextos temporais cada vez mais amplos.

O historiador não se converteu em programador como previu Emanuel Le Roy Ladurie, nem desapareceu. Ao contrário, aprendeu que os produtos das novas tecnologias são documentos materiais, discursivos ou imagéticos para ele se debruçar, abrindo todo um repertório novo de fontes para o historiador do tempo presente. No encontro com novos tipos de fonte, que José d'Assunção Barros denominou virtuais, ressaltando a sua especificidade de poder ser convertida e reconvertida em fontes textuais, sonoras, imagéticas, materiais e mesmo naturais, emergem problemas originais relacionados com as mudanças sociais. (BARROS, 2019, p. 72) Apesar de que pesquisas utilizando fontes virtuais vem crescendo nos últimos anos, até por questão de praticidade de acesso, persiste a observação de Almeida de que o campo da história carece de uma ampla reflexão teórico-metodológica acerca do assunto (ALMEIDA, 2011).

Com esta finalidade, tentaremos fazer algumas considerações sobre este tipo de fonte que constitui em um desafio para os historiadores. Recorremos ao historiador Roger Chartier acerca dos documentos que circulam em meio eletrônico, que destoam dos suportes até há algum tempo conhecidos - o jornal, o livro, o códice ou o manuscrito. O meio eletrônico modifica os modos de organização, estruturação, consulta dos textos escritos, subvertendo a cultura do livro (do códice) surgido ainda na Antiguidade. Igualmente afeta a forma como se escreve: guarda e difunde os conhecimentos científicos e artísticos produzidos com a facilitação da produção de texto, desde a transcrição de documentos nos arquivos até a redação de trabalhos científicos. Há o perigo real de que os suportes digitais-discos, chips, hardware e software tornem-se obsoletos depois de 5, 10 anos, o que não acontecia tão rápido com o papel e microfilme (ROSENZWEIG, 2022, p. 45-46). Além, é claro, da própria destruição de

8 MAYNARD, Dilton. Escritos sobre história e internet. Rio de Janeiro: FAPITEC/Luminárias, 2011. MAYNARD, Dilton (Org.) História, neofascismos e intolerância: reflexões sobre o tempo presente. São Cristóvão/rio de Janeiro: Edufs/Luminárias, 2012. MAYNARD, Dilton Passado eletrônico: Notas sobre história digital. Acervo, rio de janeiro, v. 29, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2016 – p. 103. LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital História Oral, v. 17, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2014. LUCCHESI, Anita Histórias no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web. Cadernos do Tempo Presente. n. 06 (2012) LUCCHESI, Anita Por um debate sobre História e Historiografia Digital Historiar.; NICODEMO, T. L.; CARDOSO, O. P. Meta-história para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 29, 2019. DOI: 10.15848/hh.v12i29.1443. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1443>. Acesso em: 28 abr. 2023. PRADO, G. da S. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0201, 2021. DOI: 10.5965/2175180313342021e0201. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0201>. Acesso em: 28 abr. 2023.

9 O conceito de Big data refere-se ao volume de dados de uma empresa que exige formas inovadoras e econômicas de processamento de informações para permitir uma visão aprimorada sobre produtos e estratégias de gestão e de negócios. A partir de 2005, com as grandes plataformas da internet, Google, You Tube (também da Google), Facebook, ficou mais claro como aproveitar este volume de informações dos usuários que navegavam nas redes. Estas mídias sociais, como Facebook, YouTube, Instagram incluem grandes quantidades de big data na forma de imagens, vídeos, voz, texto e som e têm potencial tanto para empresas privadas quanto para projetos políticos. Big Data como uma disciplina da ciência computacional que trata da captação, gestão e análise dos grandes conjuntos de dados, da extração de conclusões, assim como da aplicação dessas conclusões a casos mais específico.

uma quantidade massiva de dados por órgãos públicos e privados, dos sítios que desaparecem ou são removidos da internet. Por outro lado, quando se digitaliza ou se cataloga uma documentação que antes existia apenas em suporte material, corre-se o risco de, tendo destruído os originais, também se perder parte importante e fundamental da compreensão do contexto dos documentos que o suporte material pode fornecer¹⁰.

Portanto, a questão da preservação dos acervos digitais para futuros pesquisadores é um dos assuntos que mais preocupam historiadores dedicados à História digital. Um exemplo que quero fornecer aqui foi a Recomendação n. 37/2011 do Conselho Nacional de Justiça em 2011 que determinava preservação de “uma amostra estatística representativa do universo dos documentos e processos administrativos e dos autos judiciais findos destinados à eliminação” originais ou digitalizados por tribunais em todo país¹¹. Os historiadores se mobilizaram através do site da Associação nacional de pesquisadores de história, por meio de correio eletrônico, em que o presidente da ANPUH solicitava que os afiliados se manifestassem formalmente contra a recomendação ao CONARQ, ao Ministério da Justiça e ao CNJ, temendo que esta determinação resultasse em eliminação indiscriminada de arquivos.

Os suportes materiais e a materialidade dos textos, com o qual os historiadores têm estado acostumados durante tantos séculos, convertidos para o monitor dos microcomputadores, requer adaptação a novos métodos de análise, uma vez que as propriedades dos suportes condicionam a forma como se lê e se interpreta os textos. Como observa Anita Lucchesi, os documentos acessados na internet distanciam-se do padrão de referência do conceito de autoria do século XIX, inaugurando um novo padrão de referências hipertextuais que não observam necessariamente as normas de citação de notas de rodapé, além da dificuldade em “classificar os textos e ordená-los segundo alguma lógica que leve em consideração o lugar de fala de seus autores.” Com a digitalização, a identificação da autoria dos textos e imagens se perde, pois, a diferença entre produtores e consumidores de conteúdo também desaparece.

O objeto impresso impõe sua forma e estrutura e supõe a participação do leitor, que inscreve sua presença no objeto através de anotações no canto ou no fim da página, nos interiores da encadernação, com marcadores ou folhetos em branco, com sublinhados e observações. O documento virtual dele difere, e muitos autores chamam a atenção para a sua ausência de materialidade. Porém, seria mais correto apontar para uma outra materialidade que o caracteriza, aquela da programação, dos código fonte, dos bits, dos algoritmos, da linguagem matemática, dos protocolos, dos softwares, os elementos informacionais que formam os caracteres e os pixels que se vê na tela. Levar em conta esta materialidade pode

10 No caso de um escritor ou compositor, todo o seu material de trabalho, esboços, rasuras, trechos cortados ou anotações que são fundamentais para compreender o processo de criação e a evolução de seu pensamento poderiam não existir. O processo de digitalização, que torna a obra disponível e acessível apenas *on line*, como o Projeto Google books, criado em 2004, acaba eliminando um aspecto fundamental na análise dos manuscritos e publicações impressos. Um historiador de renome como Robert Darnton, então diretor da biblioteca da Universidade de Harvard, se manifestou acerca do projeto de digitalização de livros pelo Google, Google Book Search, afirmando que a empresa planejava vender assinaturas do banco de dados digitalizado, composto de livros protegidos por direitos autorais. No caso de vasta massa documental, cartorial ou processual, por exemplo, a fonte é deslocada de seu lugar de produção, pode virar mais um dado estatístico sem possibilitar a análise individualizada do documento.

11 Os historiadores organizaram-se contra a aprovação desta medida e passaram, por meio de correio eletrônico, um abaixo-assinado contra esta recomendação que eliminava o suporte físico das suas fontes. Depois de aprovada a recomendação, assinada pelo ministro Cezar Peluso, que dava ao Comitê do PRONAME, coordenado pelo Secretário Geral do CNJ, a atribuição de “acompanhar a aplicação da presente Recomendação”, os dirigentes da ANPUH Nacional pediram que os filiados se manifestassem contra a contrariedade no site do CONARQ e do Ministério da Justiça.

ajudar a dimensionar o estágio de avanço tecnológico de um produto virtual. A comunidade historiográfica, de modo geral, não a considera porque desconhece noções de programação e ciência da computação, que constroem os produtos digitais.

Outro agravante para os historiadores que temem ver seu acervo nato digital ou digitalizado desaparecer é que as pesquisas do Google Chrome, por exemplo, ou do Yahoo, Microsoft Edge e do Bing, não deixam registros, rastros que poderiam ajudar a avaliar uma série de tendências, ideias e ou conceitos que circularam na rede em dado momento. Diz-se que o que é enviado pela web jamais desaparece, no entanto, para nós cientistas do social é particularmente desafiador a escolha deste tipo de fonte, posto que não possuímos o conhecimento técnico para compreender o funcionamento dos algoritmos, ou para desenterrar websites fora de uso, páginas retiradas do ar, postagens suprimidas. Ao lado disto, a internet possui muitas camadas, como a Deep web, a Dark web que não são tão fáceis de se conhecer e guardam 96% das atividades da internet¹², e, portanto, ficamos restritos à superfície. A Deep web, uma parte da Invisible Web, como o conteúdo do ciberespaço não indexado pelos mecanismos de buscas menos acessível da internet, garante a muitas pessoas o anonimato nos fóruns, permite que dissidentes políticos enviem mensagens, que conversas aconteçam, jornalistas mantenham o sigilo da fonte, sem que sejam censurados ou rastreados. Já a Dark web é um pedaço da Deep web onde tem lugar algumas ações ilegais e comércios tráfico de informações e dados privados e também de atividades antagônicas.

Certamente os historiadores digitais interessaram-se em estudar movimentos sociais, participação política, ativismo, primeiramente em blogs pessoais, sites institucionais, e-mails, caixas de comentários e fóruns. Mas com o desenvolvimento ulterior, os espaços mais interativos conquistaram bilhões de usuários que passam horas do seu dia buscando informações, satisfação e entretenimento nas redes sociais digitais e é por este motivo que muitos dos acontecimentos dignos de estudos na atualidade se passam ou ganham repercussão nas mídias sociais.

AS REDES SOCIAIS E SUAS POTENCIALIDADES PARA A PESQUISA HISTÓRICA

As redes sociais digitais (*social networks* em inglês, ou *social media*) são definidas pelas interações sociais e relações pessoais que os indivíduos estruturam e pelos círculos de conhecimentos e contatos estabelecidos por eles em ambiente virtual e por meio de plataformas. Outra definição as considera estruturas dinâmicas interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizadas, cujo estudo leva em conta padrões de conexões entre atores que estabelecem laços sociais diversificados em rede, como relações pessoais, organizacionais ou de interesses específicos. (ALZAMORA, 2010, p. 1047) As redes sociais na internet podem ser pré-existentes (reais) ou novas (criadas apenas em ambiente virtual), formadas com base em interesses, visões políticas, ou atividades compartilhadas, que podem atrair usuários conforme a língua, as identidades raciais, sexuais ou nacionais e são capazes de incorporar informação nova e ferramentas de comunicação, como internet móvel, blogging, compartilhamento de fotografias e vídeos. Conforme Boyd e Ellison, as redes sociais

12 VIGNOLI, R. G.; MONTEIRO, S. D. *Deep Web e Dark Weeb similaridades e dissimilaridades no contexto da Ciência da Informação*. Transinformação, v. 32, e190052, 2020. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202032e190052>

digitais são aqueles sítios baseados no serviço da web que permitem aos indivíduos criar um perfil público ou semi público, reunir uma lista de usuários com quem dividem a conexão e visualizar e se mover através da sua lista de conexões dentro do sistema (BOYD; ELLISON, 2008, p. 210-230). Principalmente, as autoras enfatizam que a principal característica de tais redes não era tanto travar conhecimento entre estranhos, mas sim articular e tornar visível as redes sociais para quem já se relaciona na vida real (BOYD, ELLISON, 2008, p. 210-230)¹³. A definição das autoras, hoje um tanto datada, deixou de fora a política de angariar seguidores e amear cliques nas redes que resultam em visualizações, projeção social, monetização, publicidade e votos para os usuários e valorização no mercado financeiro de determinada empresa de tecnologia.

São as mídias sociais as principais novidades da tecnologia da web 2.0, que colocam um fim à era da informação imutável e permite aos internautas não apenas receberem um conteúdo na página da internet, como ocorria com o rádio ou a televisão, mas poderiam interagir tanto com os produtores de conteúdo, quanto uns com os outros (RYAN, 2010, p.137). Alguns atributos como colaboração dos usuários, contribuição e comunidade, formam o tecido de uma nova cultura virtual inovadora de conteúdo autogerado e amador (WATSON; HILL, 2012, p. 319). Jonhy Ryan observa que reduz-se a passividade na recepção das informações, característica dos meios de comunicação precedentes. São os próprios usuários que alimentam e consomem conteúdos nos principais sites e plataformas acessados, como YouTube, Wikipedia ou Facebook, em comunidades formadas de acordo com nichos de interesse e não por proximidade física. Desta forma, a web 2.0 teria empoderado os internautas à medida que estes escolhem quais conteúdos e quando serão acessados, avaliam e recomendam as páginas e produtos oferecidos (peer-review), reforçando, assim, as características de interatividade, de personalização dos conteúdos (no lugar da padronização usual a outros meios de comunicação de massa), estreitando-se os vínculos entre os participantes das redes (RYAN, 2010, p.142-143).

No limiar do novo século, tem destaque uma das características mais impactantes desta tecnologia, a capacidade de aproximar, de transpor barreiras físicas e territoriais, nacionais, de constituir redes que permitem a socialização, o compartilhamento de interesses em comum, a troca, o diálogo e a disponibilização de conteúdo. Com suas primeiras versões como Classmates.com (1995) e Sixdegrees (1997-2001), as redes sociais digitais são definidas pelas interações sociais e relações pessoais que os indivíduos estruturam por meio delas, os círculos de conhecimentos e contatos estabelecidos por eles. São os próprios usuários que alimentam e consomem conteúdos nos principais sites e plataformas acessados, como YouTube, Wikipedia ou Facebook, em comunidades formadas de acordo com nichos de interesse e não por proximidade física. Ali, centenas ou milhares de pessoas se conectam através do e-chatting, troca de mensagens via internet e sites, tais como Facebook, Live-Journal, Myspace e Bebo. Engajam-se em intercâmbios comunicativos com conhecidos - companheiros de colégio, parentes, novas amizades – mas, igualmente, com desconhecidos

¹³ Em um capítulo do livro *Digital sociology: critical perspectives* publicado em 2013, as autoras expandem esta definição para outra que contemple a evolução das redes, uma vez que, com o passar do tempo alteraram-se as tecnologias e práticas. Na maioria dos sites o perfil mudou, os media streams (fluxo de multimídia) assumiu papel proeminente e a atividade da atualização ficou mais fácil. Ao mesmo tempo, a articulação de contatos se tornou cada vez mais central por causa da ascensão do media streams e tecnologias que incorporam o social graph (um diagrama que representa a conexão do usuário com amigos ou seguidores e os interesses, fotos e páginas em comum) como forma de organizar o conteúdo.

com quem esperam estabelecer contatos. (WATSON; HILL, 2012, p. 194) Organizam-se em comunidades, grupos, profissões, locais de estudo ou de trabalho, em função do que tem em comum, gostos musicais, interesses e posicionamentos políticos. As pessoas expõem-se em redes: suas preferências, seus dados pessoais, seus momentos de intimidade, esperando colecionar contatos, amearhar curtidas e compartilhamentos para suas postagens, o que indicaria aprovação, popularidade ou atitude de autoafirmação.

A gradativa centralidade das redes sociais digitais é tamanha que têm mudado a face das relações sociais, a noção de comunidade, assim como as modalidades de mobilização e de organização dos movimentos coletivos. Para Manuel Castells, as redes sociais atribuíram uma autonomia inédita para os atores sociais que se tornaram sujeitos do processo comunicacional. Os usos da internet aumentam a sociabilidade e o empoderamento, especialmente para grupos de classes populares, para usuários em países em desenvolvimento e mulheres sob o patriarcado que, por meio dela, podem se expressar. Através desta conectividade as pessoas são induzidas à satisfação, ajudando a superar o isolamento, fator que promove felicidade e autonomia (CASTELLS, 2019, p. 39). Como afirma Manuel Castells: “A sociabilidade é reconstruída como individualismo conectado à comunidade por meio da busca por indivíduos que possuem mentes semelhantes, em um processo que combina interação *on-line* com interação *off-line*, ciberespaço e espaço local” (CASTELLS, 2019, p. 37). Com o declínio das formas tradicionais de comunidade ocorre uma mudança no sentido da reconstrução das relações sociais baseada em laços pessoais mais fortes que poderiam ser considerados uma forma de comunidade (virtual) fundada em interesses valores e projetos individuais. As pessoas na sociedade capitalista pós-moderna se relacionam à distância e formam ou reproduzem os grupos de afinidades, identidades ou interesses comuns nos espaços virtuais, dedicando parte cada vez mais significativa de seu tempo a bate papos e visualização de conteúdos e postagens de seus contatos, cultivando novas modalidades de sociabilidade.

A cada ano cresce o percentual de pessoas a tornarem-se usuários das mídias sociais, com a estimativa de que em 2023 será 59% da população mundial, cerca de 4.76 bilhões de pessoas, que passam uma média de 2 horas e 31 minutos interagindo nestas plataformas (WOODWARD, 2022). Diante disto, o fenômeno atrai a atenção de pesquisadores de múltiplos campos dos saberes que se voltam para as redes sociais digitais como objeto de investigação nas suas mais variadas dimensões: na área de comunicação e linguagens, estudos de mídia, ciências sociais e até mesmo na engenharia, administração e gestão. Os estudos focam, sobretudo, no que se passa através das redes sociais digitais como meio de comunicação entre atores da sociedade civil, e também para a propaganda política nas redes sociais, sobretudo no Facebook. Embora grande parte das pesquisas seja de caráter interdisciplinar, o interesse propriamente dos historiadores pelas redes sociais tem crescido lentamente nos últimos anos, o que é aferido pelo número de publicações na área. A produção acadêmica de pós-graduação na área de História, é ainda muito limitada a dissertações de mestrado concluídas nos últimos 9 anos¹⁴. Destacamos aqui duas dissertações, *Assombrando Déspo-*

14 Pesquisamos no Catálogo de Teses e dissertações da Capes, restringindo nossa busca às palavras-chave “redes sociais” e “História” e encontramos 21 dissertações de mestrado nos programas de mestrado acadêmico e profissional de História e de Ensino de História e nenhuma tese de doutorado defendida até o momento. Encontramos algumas dissertações recém defendidas que não estão na base de dados da Capes. Constatamos que as dissertações foram, na sua maioria, realizadas em universidades federais e estaduais em várias regiões do país. Nos bancos de tese da área de História da Universidade Federal Fluminense-RJ e Universidade de São Paulo-SP, duas grandes universidades do país, não encontramos nenhuma tese que tenha as redes sociais digitais como objeto de estudo.

tas: um estudo comparado sobre o papel das redes sociais nas revoltas árabes em 2010 e 2011 de Daniel Monnerat e *A gestão da influência no Youtube e a Indústria Cultural no século XXI: uma crítica ao capitalismo* de Samanta Bezerra¹⁵, que foram defendidas recentemente no âmbito do Programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ambos os autores também com formação em comunicação social. Não obstante, alguns artigos e capítulos de livro têm abordado as redes sociais digitais como tema em dossiês ou coletâneas¹⁶.

De um modo geral, as pesquisas na área de história têm se debruçado sobre as redes sociais digitais de quatro formas principais:

1- As redes sociais digitais como veículo de divulgação de conhecimentos, pesquisas originais, livros, abordagens, debates, congressos, descobertas da área de História. É uma maneira dos historiadores profissionais viabilizarem a História Pública através das redes sociais. Acrescenta-se a observação de que quanto mais se disponibiliza fontes primárias no ambiente virtual para leigos elaborarem suas narrativas, mais os profissionais da História serão rivalizados ou mesmo confrontado no espaço virtual.

2- As redes sociais como método de investigação. É o que procurou fazer a historiadora Anita Lucchesi, que defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós graduação em História Comparada da UFRJ e sua tese de doutorado na Universidade de Luxemburgo. A pesquisadora elaborou um método para pesquisar imigrantes portugueses e italianos em Luxemburgo, criando o Memorecord a partir de depoimentos, vídeos e fotos coletados nas redes Facebook e Instagram¹⁷. A pesquisadora chamava a atenção dos internautas com a hashtag #Memorecord e com desafios e perguntas para que estes respondessem e trocassem informações com ela e compartilhassem com outros internautas da comunidade. O objetivo era que os imigrantes contassem suas próprias histórias como protagonistas. Neste sentido o uso das redes mobiliza os usuários para serem coautores da pesquisa, colaborar e estimula a produção de memórias e identidades. No entanto, como explicara Serge Noiret, só a minoria dos historiadores digitais domina os instrumentos para responder às novas questões, e muito menos criam programas originais que permitissem novas análises, formas de interação e tratamento das fontes (NOIRET, 2015, p. 33).

3- As redes como objeto de estudo. As redes sociais digitais são entendidas como lugar de disputas políticas e partidárias, como meio de produção de cultura, onde se moldam as relações trabalhistas na atualidade, espaço de informação e des (informação), de formação da opinião pública, de construção de consensos e controle social. Por meio das redes, o pesquisador tem acesso aos discursos dos atores sociais, sejam estas celebridades, estadistas, governos e entidades, sejam anônimos –ou até mesmo robôs. Alguns anônimos até se lançam e saem do anonimato por meio da projeção que adquirem como influenciadores, porque o mundo das redes é um universo em si, que cria e determina o mundo não virtual.

4- As redes como fonte preferencial, ou mais uma fonte dentre outras para as pesqui-

15 BEZERRA, Samanta de Oliveira Carvalho. *A gestão da influência no Youtube e a Indústria Cultural no século XXI: uma crítica ao Capitalismo*. Dissertação de Mestrado PPGHC, Rio de Janeiro, 2023.

16 CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para debate contemporânea. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.; CEZARINHO, Filipe Arnaldo. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. *Temporalidades – Revista de História*, 26, V. 10, N. 1 (jan./abril. 2018); ANDRADE, Débora El Jaick. *Redes sociais um novo horizonte* BARROS, José d'Assunção. *História Digital*. Petrópolis, Vozes, 2022.

17 LUCCHESI, Anita. *Memorecord*. Facebook. Disponível em https://www.facebook.com/memorecordlux?locale=pt_BR. Acesso em 14/07/2023

sas históricas. Quando os historiadores investigam atividades que se passam inteiramente ou parcialmente nas redes, as publicações e postagens serão analisadas confrontando-as com aquelas de outro tipo. Em todo caso, como se dá com outros tipos de registros, é necessário reconstituir o circuito da fonte, lugar de produção, o caráter oficial ou pessoal, o contexto e realizar a crítica do documento. Isto significa que elas deverão ser contrastadas e complementadas por outros tipos de registros não virtuais como entrevistas, notícias das mídias tradicionais, documentos oficiais e submetidas à dúvida quanto à pretensão de verdade que seu discurso/existência material sustenta.

A dificuldade de preservação de fontes natas digitais originadas no ciberespaço: *blogs*, notícias ou vídeos, sites, mensagens trocadas em redes sociais, já foi assinalada por estudiosos internacionais¹⁸. A própria dinâmica da tecnologia informacional e do universo virtual permanentemente instável e alterável, torna estes registros voláteis e transitórios para o pesquisador. A seleção de postagens ou interações nas redes sociais, requer que o pesquisador salve as informações sobre elas porque podem se perder. Muitas redes sociais, sites, aplicativos tornam-se obsoletos em pouco tempo diante do aparecimento de novas e mais atraentes ferramentas de interação. Tem-se que saber usar as ferramentas da web para recuperar dados nas redes ou realizar buscas booleanas em bibliotecas digitais e “estabelecer estratégias para conservação de documentos na rede, enriquecê-los com metadados apropriados para poder localizá-los e citá-los durante o processo de escrita”. É preciso criar arquivos digitais a nível pessoal para construir um eu digital com critérios científicos para catalogação de dados digitais pessoais (NOIRET, 2015b, p. 7-8).

Desta forma, ao abordar os materiais que circulam nas redes sociais digitais é importante atentar para a especificidade na escolha deste tipo de fonte. Primeiramente, não se pode esperar incluí-la para tempos muito remotos, ela é distintiva da história do tempo presente e dos últimos 25 anos. A aceleração do tempo e a sensação de perda dos laços das gerações com o passado e com o futuro, lançaram as expectativas sobre o presente, valorizando o imediato. Nas redes sociais digitais algo similar acontece devido ao fluxo contínuo e frenético das interações. As mensagens são de rápido consumo, há a demanda constante pela novidade, quanto mais curtas e diretas, mais fácil será a recepção e a construção de sentido. Às vezes as próprias mídias limitam os tamanhos: *tweets* de 140 caracteres, vídeos do Instagram de 15 segundos. Textos longos não são muito visualizados no Facebook, enquanto memes – imagens, vídeos ou fotografias, geralmente com uma mensagem crítica, lúdica ou humorística sobre assuntos de comportamento, amenidades e política – viralizam porque dialogam com o senso comum e com assuntos de interesse do momento, são de imediata compreensão de sentido.

Para o pesquisador que se dispõe a tomar as postagens ou interações nas redes sociais como parte de um corpus documental e inseri-las em uma série para serem interpretadas, é preciso ter em mente a fluidez e transitoriedade dos dados transferidos ou publicados na internet, porque podem se perder. As postagens repercutem o momento, podem ser removidos ou atualizados: vídeos dos *stories* desaparecem em 24 horas, perfis do Twitter podem ser retirados ou bloqueados, postagens no Facebook podem ser consideradas

¹⁸ Ver BRÜGGER, Niels. *The Archived Web*. Massachusetts: London: The MIT Press Cambridge, 2008; ROSENZWEIG, Roy. *Clio conectada. O futuro do passado na era digital*. Belo Horizonte: Autentica, 2022.

violações das diretrizes da comunidade serem excluídas, ou simplesmente bloqueadas em função de denúncias e ataques de outros usuários. As próprias empresas de mídias sociais podem decidir censurar ou diminuir a visibilidade de uma dada publicação através da manipulação dos algoritmos. Algumas vezes, mas nem sempre, quando se trata de um perfil público, conseguimos recuperar versões armazenadas de sites, tweets e publicações no site Internet Archive Wayback Machine¹⁹. Assim, é importante registrar os links, endereços de URL, bem como as datas das publicações, pois mesmo que os conteúdos sejam apagados, o historiador mantém o seu registro. Não dispomos ainda e certamente os historiadores não dominam formas de registro dos documentos em todas as suas dimensões visuais e sonoras.

Quando se trata da questão da confiabilidade destas fontes, a internet, particularmente as redes sociais digitais, são apontadas como problemáticas devido à disseminação de notícias falsas e teorias da conspiração, com a finalidade de manipulação política. Por exemplo, o QAnon surgiu de uma postagem anônima no fórum virtual 4Chan que acusava os opositores de Donald Trump de pertencer a uma cabala secreta de satanistas, pedófilos, e canibais que dirigiriam uma rede global de tráfico sexual infantil e conspirariam para associá-lo aos russos e articular um golpe. Estes opositores seriam o chamado “estado profundo”, as elites bancárias, os democratas, os artistas e produtores de Hollywood e o magnata do mercado financeiro, o húngaro-judeu George Soros. Segundo esta teoria da conspiração todos estariam sendo secretamente criminalizados e processados judicialmente. As notícias falsas, teorias conspiratórias, vídeos negacionistas, que sempre existiram no ambiente não virtual, doravante são impulsionados pelos algoritmos, propagadas por meio de tweets, mensagens, postagens, memes, vídeos, alcançam rapidamente um contingente mais significativo de pessoas propensas a acreditar nelas. Estudá-las abre a possibilidade de aceder ao imaginário, à cultura política, às superstições, às moralidades e às sensibilidades coletivas, à espiritualidade a formas de pensar, de se comunicar.

A discussão sobre a confiabilidade das fontes natas virtuais adentra domínios mais espinhosos à medida que avançamos na “Era da informação”. Novas tecnologias de inteligência artificial tem como consequência a incapacidade de se discernir entre o real e o virtual: a Deep fake, uma técnica que transforma o rosto e expressões de pessoas em vídeos, manipula áudios, já foi usada para confundir internautas; o ChatGPT²⁰, um assistente virtual desenvolvido pela OpenAI, especializado em diálogos, que já tem 100 milhões de usuários após poucos meses de funcionamento. O ChatGPT foi programado, inclusive, para escrever textos inteiros sobre temas complexos no lugar de pessoas reais. Em tais circunstâncias o historiador deve ficar mais alerta quanto a vídeos, textos e áudios que podem ser manipulados, porque este é mais um elemento para se aferir o contexto de produção, sua materialidade e a intencionalidade.

Ao se tomar os discursos que circulam nas redes, assim como qualquer fonte, a pergunta sobre a objetividade se impõe. O que é postado nas redes pelos seus proprietários revela laços afetivos e subjetividades envolvidos nas postagens, em que estes constroem narrativas sobre o “eu” e o “outro” que frequentemente pode ser superdimensionado, ou ao

19 O Internet Archive Wayback Machine cataloga snapshots da maioria dos sites da web desde 1996. Para buscar sites antigos tirados do ar é necessário digitar o URL (endereço do site na barra de endereços de um navegador da web).

20 É um Chatbot, tecnologia de modelo de linguagem, capaz de compreender o significado das frases, é programado para responder e conversar de forma complexa.

contrário, minimizado. O universo das redes inequivocadamente mexe com os afetos e auto percepção, os usuários buscam adesão e reconhecimento. Para o pesquisador destas interações nas comunidades ou grupos talvez a dificuldade resida em conhecer a autoria, procedência, reconstituir o circuito das postagens em ambiente virtual ou sua apropriação por internautas. Assim como ocorre com qualquer tipo de documento, não se pode considerá-lo acriticamente apenas como fonte de informação objetiva, desconsiderando as condições subjetivas e intencionalidade de sua produção e preservação, sem entendê-lo como um discurso que não corresponde à verdade objetiva, mas é sincero em seu esforço por convencer.

Desta forma, as mensagens singulares só são compreendidas na sua interação, os discursos nas redes sociais digitais são fundamentalmente atravessadas por relações dialógicas, já que o discurso se estabelece entre interlocutores na interação entre eles. Estes por sua vez são sujeitos sociais ideologicamente condicionados e constituídos na interação com outros²¹. Sendo assim, as publicações e postagens nas redes sociais deveriam ser tomadas como parte de um corpus documental e inseridas em uma série para serem interpretadas. Além disto, o historiador precisa constatar se se trata de um perfil oficial ou pessoal, se se trata de uma comunidade aberta ou fechada para membros, o perfil dos membros e sua coesão, analisar os discursos e a frequência das publicações, verificar a quais interlocutores se dirige, conferir a recepção através das curtidas, visualizações, respostas ou comentários, o alcance a replicação da mensagem e a repercussão. Há ainda, um elemento que precisa ser considerado, ao qual Raquel Recuero chama de “autoridade”, conceito que se refere a um valor constituído a partir das interações entre os atores sociais e que tem a ver com a reputação relacionada a um assunto específico, assim como ao capital social. Em uma plataforma como o Twitter, a autoridade de um ator poderia ser medida não apenas pela quantidade de citações que recebe em um tweet, mas principalmente pela sua capacidade de gerar conversações a partir do que diz, além do número de seguidores do seu perfil (RECUERO, 2009, p.114). Ou seja, nesta esfera pública em que internautas se comunicam, os discursos não são igualmente qualificados, não tem as mesmas visualizações, não alcançam a mesma audiência ou tem o mesmo engajamento.

O Twitter hoje é o principal meio de comunicação de personalidades da política. Barak Obama, por exemplo, é o perfil mais popular do Twitter com 129,9 milhões de seguidores. Esta nova forma de fazer campanha política, mantendo sempre o nome do candidato em evidência, faz parte do campo de objetos do historiador da política. Em agosto de 2017 um *tweet* da conta pessoal de Donald Trump direcionado a Kim Jong Un, da Coreia do Norte foi considerado “uma declaração de guerra” e aumentou a tensão entre os países, o que poderia ter resultado em uma guerra nuclear. Trump se dirigia a Coreia do Sul e, após o *tweet*, em resposta a um pronunciamento do mandatário norte-coreano, obteve um encontro inédito com Jong Un. Para o presidente norte americano o Twitter foi a forma mais eficaz de se comunicar, não só com seus apoiadores, mas de promover bravatas e difundir notícias falsas durante as campanhas presidenciais. Estes *tweets* estavam alocados no arquivo de Trump (<http://www.trumptwitterarchive.com/>), enviados de seu perfil @realDonaldTrump (CLARKE; GRIEVE, 2019). Por ocasião da invasão do capitólio por uma turba apoiadora do

21 Para o debate sobre dialogismo em Mikhail Bakhtin ver BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de.; FIORIN, José Luiz (Orgs.). Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 1-9.

presidente derrotado em 2020, o Twitter suspenderia definitivamente sua conta (GODOY, 2021).

Twitter, Facebook e You Tube bloquearam as contas de Donald Trump em janeiro de 2021, enquanto ainda era presidente dos Estados Unidos, por não reconhecer a eleição de Joe Biden. Trump e seus admiradores acabaram migrando para a rede Truth Social, criada pela Trump Media & Technology Group (TMTG), porém com um número muito inferior de seguidores.

A extrema direita foi pioneira nas redes sociais desde os anos 2000, com exponencial expansão após 2010. Em seus fóruns, como o Chan e Reddit, e comunidades, sujeitos com histórico de exclusão e ressentimento em relação a autoridades e desconfiança da política institucional, buscam visibilidade e auto afirmação, se reúnem em grupos sociais organizados e se sentem parte de um movimento mais amplo. São vozes silenciadas que por detrás do anonimato dos seus perfis podem exprimir suas visões de mundo e arregimentar simpatizantes (MUDDE, 2019, p. 101). Tais grupos passaram a defender nas redes o que antes o faziam apenas em fóruns restritos e a eleger para cargos eletivos seus porta vozes. A emergência de uma “nova direita” nas redes como fenômeno transnacional, também se verificou no Brasil. Constituíram-se grupos políticos formados a partir do Facebook, principalmente, ou que mantêm páginas nesta mídia como *Revoltados on line*, *Vem para rua*, *Movimento Contra a Corrupção* etc²². As novas mídias interativas da web preenchem as aspirações de muitos cidadãos por participação direta na política, sem mediação das mídias tradicionais, muito embora lideranças da nova direita tenham surgido a partir das mídias mainstream, para depois angariarem seguidores no Facebook ou no Twitter (MUDDE, 2019, p. 101). Mais tarde os ciberativistas da extrema direita passaram aos grupos de Whatsapp e Telegram e Discord que são criptografados, formando bolhas ideológicas, nas quais se dispara livremente notícias falsas se propaga discurso de ódio. Hoje, os pesquisadores da extrema direita têm como desafio inserir-se nestas redes e grupos de bolsonaristas, supremacistas brancos e neonazistas para conhecer suas atividades, ideologia e interações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais digitais que emergiram com a web 2.0 têm sido o centro das atenções nas primeiras décadas do século XXI e há indícios de que continuarão nos próximos anos a ocupar esta posição. As redes são uma arquitetura da web e por meio delas realizam-se atividades de comunicação, de lazer, trabalho, cultura, disputa política, educação, mas também de desinformação. A história do tempo presente, aliada à História Digital, pode beneficiar-se dos registros das mídias sociais, ou elegendo-as como objetos de estudo. São

22 Para consultar algumas pesquisas a este propósito estão SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Direita nas redes sociais online. CRUZ, Sebastião VELASCO e et al.(org.). *Direita Volver. O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. A rede ao sul da América: um ensaio sobre a Argentina e a extrema-direita na internet (1996-2007) *Boletim do Tempo Presente*, nº 04, de 08 de 2013, p. 1 - 22, Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>. Acesso em 22 de agosto de 2021. NEGRI, Camilo, LEMOS, Rebeca, PINTO, Simone Rodrigues, “Aconteceu também no Brasil”: a captura das redes de esperança pela extrema direita , *Cahiers des Amériques latines* [En ligne], 92 | 2019, mis en ligne le 01 avril 2020, consulté le 01 septembre 2021. PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; LERNER, Celina. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. In. Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/5A-direita-na-rede-mobilizacao-online-no-impeachment-de-Dilma-Rousseff-Dossie.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2021. SOBRAL, MAYARA ALVES FERREIRA. *Entre os muro e as redes : o florescimento das direitas nas mídias no Brasil (2013 -2018)* 07/11/2022 111 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: PUC-SP, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC-SP.

terreno fértil para os historiadores se debruçarem porque através delas se realiza uma parte importante das interações e das sociabilidades no mundo contemporâneo.

Ainda há um número modesto de pesquisas acadêmicas a respeito das redes sociais digitais, embora o interesse pela História Digital tenha aumentado nos últimos anos, muito em função do seu papel em eleições e na comunicação, assim como a predileção das redes pelos discursos de ódio da extrema direita, que desde muito cedo as dominaram. Historiadores tem reconhecido nas ferramentas digitais e no uso das plataformas um importante veículo de publicização e divulgação que permite ao historiador público ser cada vez mais ativo na internet e interagir com usuários, compartilhar recordações, textos, descobertas científicas, coletar depoimentos, combater o negacionismo, dar vozes aos sujeitos cuja história foi apagada pelas narrativas oficiais. Serge Noiret assinala que a História Digital por meio das plataformas e das mídias sociais contribuiu para abrir a um público maior e de forma participativa a “alta cultura” com a mediação de historiadores públicos (NOIRET, 2015, p.34).

Não obstante, ainda persistem alguns entraves para a confecção de uma metodologia adequada para definir sobre o armazenamento, a análise ou o aproveitamento deste tipo de fonte. A literatura sobre a história digital salienta a preocupação em encontrar meios de preservação dos dados provenientes das redes e constituem fontes natas digitais. Coloca-se o problema do que preservar e como. Deve-se armazenar tudo? Quais critérios adotar pensando-se na possibilidade de pesquisa para futuros historiadores? Ainda não temos respostas para isto, mas certamente os critérios estão sendo adotados pelas plataformas neste mesmo momento.

Na interpretação das publicações nas mídias sociais digitais, considerar-se-à sua materialidade, que não podemos reconstituir a menos que saibamos ler e entender a evolução tecnológica. Cabe ao historiador do tempo presente acompanhar o incremento de suas ferramentas, funções e a incorporação de novos recursos informacionais. Deve conhecer o ecossistema e a história das plataformas e empresas, se familiarizar com a linguagem das redes, das mensagens, posts, memes que lá circulam e são dialógicas porque se referem a acontecimentos imediatos, tanto de fora do espaço virtual, quanto ocasionado pelo próprio movimento das redes, por outras postagens, vídeos, conteúdos, que precisam ser confrontados para se tornarem inteligíveis. É possível também contrastar e agregar fontes de outra natureza, escritas, orais, iconográficas, da cultura material, porque o acontecimento analisado também se passa nas redes, mas não apenas nelas.

Enfim, talvez, como diagnosticou Zaagsma(2013), no futuro breve, talvez não se vá distinguir entre História e História Digital porque os historiadores de forma inescapável já operam com o computador e com a internet no dia a dia, dependem de ferramentas de pesquisa, de fontes digitalizadas, constituem seus próprios arquivos com fontes digitalizadas, assim como divulgam *papers* através de sites e periódicos *on line*. As redes sociais digitais, As redes sociais digitais se tornaram repositório de fontes valiosas para a compreensão do comportamento social dos sujeitos no nosso tempo. Talvez sejam elas a próxima fronteira para a História Pública, na medida que quebram paradigmas e separações rígidas entre autores/ produtores e leitores/público, historiadores e sujeitos históricos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang. *O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas*. Aedos, vol. 3, n. 8, Janeiro -Junho de 2011.

ALZAMORA, Geane. "Redes Sociais". *Enciclopedia INTERCOM de Comunicação*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010, p. 1047. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/04/politica/1522878909_793429.html. Acesso em 22 de agosto de 2021.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas. Introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOYD, Danah.; ELLISON, Nicole. *Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship*. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Volume 13, Issue 1, 1 October, 2008.

BURKE, Peter, BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. [pdf]

CAMBRIDGE Analytica: Facebook's Mark Zuckerberg summoned to UK parliament in data misuse case. DW. (2018?). Disponível em: <https://www.dw.com/en/cambridge-analytica-facebooks-mark-zuckerberg-summoned-to-uk-parliament-in-data-misuse-case/a-43055148>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

CASTELLS, Manuel. *La galaxia internet*. Barcelona: Cultura libre, 2001.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

CHARTIER, R. *Do códice ao monitor*. Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 8 n. 21, 1994.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro*. Do navegador ao leitor. São Paulo: Unesp, 1998.

CLARKE, I.; GRIEVE, J. Stylistic variation on the Donald Trump Twitter account: A linguistic analysis of tweets. PLoS ONE. California, v. 14 n. 9: September 25, 2019. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0222062>

DANESI, Marcel. *Dictionary of media and communications*. New York: Routledge, 2009.

FINKIELKRAUT, Alain. *Internet, el éxtasis inquietante*. 1ª ed. Buenos Aires: Libros del Zorzai, 2006.

GODOY, Juan Diego, Twitter suspende permanentemente a conta de Trump. El País. 8 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-01-09/twitter-suspende-permanentemente-a-conta-de-trump.html>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. "L'historien et l'ordinateur" in *Le territoire de l'historien*, Paris : Éditions Gallimard, 1973.

LINGEL, Jessa. *The gentrification of internet: how to claim our digital freedom*. California, California University Press, 2021.

LÉVY, Pierre. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Denis.(org.) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LUCCHESI, Anita. Memorecord. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/memorecordlux?locale=pt_BR

MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge, UK, Polity Press, 2019.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015, Disponível em <http://www.ibict.br/liinc>

NOIRET, Serge, Storia contemporanea digitale, in Rolando MINUTI (ed.), *Il web e gli studi storici : guida critica all'uso della rete*, Roma : Carocci, 2015, Studi Superiori, pp. 267-300 . Disponível em <https://hdl.handle.net/1814/36956>

PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROMANI, Bruno. Lucro do Facebook aumenta 58% em 2020, mas empresa se prepara para ano difícil. Terra. 27 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/lucro-do-facebook-aumenta-58-em-2020-mas-empresa-se-prepara-para-ano-dificil,d46a37ef62123250df2f2cb780d7ebcdztij6xk6.html> Acesso 22 de agosto de 2021.

ROSENZWEIG, Roy. *Clio conectada. O futuro do passado na era digital*. Belo Horizonte: Autentica, 2022.

RYAN, Johnny. *A history of the Internet and the digital future*. London: Reaktion books, 2010.

SHOSHANA, Zuboff . *A era do capitalismo de vigilância : a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. 1. ed. Rio de Janeiro : Intrínseca, 2020.

SILVA, Douglas Vieira da. Brasil é o 4º país com mais usuários no Facebook na quarentena. Tecmundo. 27/05/2020.

TESLA ultrapassa Facebook em valor de mercado. Terra. 8 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/tesla-ultrapassa-facebook-em-valor-de-mercado,192d7b0deebb9e04545d6262388c53c2fsby2j5r.html>

THORBECKE, Catherine. Facebook hit with antitrust lawsuit from FTC and 48 state attorneys general. Abc News. 9 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://abcnews.go.com/Business/facebook-hit-antitrust-lawsuit-ftc-48-state-attorneys/story?id=74623634>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

TUFEKC, Zeynep. Twitter and Tear Gas. *The power and fragility of the networked protest*. London&New Harven: Yale University Press, 2017.

VAN Dijk, Jan A.G.M.. Inequalities in the Network Society, in K. Orton-Johnson & N. Prior (Eds.), *Digital sociology: critical perspectives* (pp. 105-124). Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2013.

VITORIO, Tamires. Facebook fica mais perto de 3 bilhões de usuários ativos e receita cresce em

2020. Exame Invest. 27/01/2021. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/facebook-fica-mais-perto-de-3-bilhoes-de-usuarios-ativos-e-receita-cresce-em-2020/>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

WATSON, James, HILL, Anne. *Dictionary of Media and Communication Studies*. UK, New York: Bloomsbury Academic, 2012.

WOODWARD, Matthew. Social media user statistics: how many people use social media? Disponível em <https://www.searchlogistics.com/learn/statistics/social-media-user-statistics/>

WU, Tim. *Impérios da comunicação. Do telefone à internet*, da AT&T ao Google. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ZAAGSMA, Gerben. On digital History. *Bmgn. Low Countries Historical Review*. Volume 128-4 (2013).

Histórico

Recebido: 08 de abril de 2023.

Aceito: 06 de maio de 2023.

Publicado: 01 de agosto de 2023..

Como citar - ABNT

ANDRADE, Débora El-Jaick. Redes sociais e história digital. *Revista de Matemática, Ensino e Cultura – REMATEC*. Belém/PA, n. 44, e2023004, 2023. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2023.n44.pe2023004.id509>

Como citar - APA

Andrade, D. E. (2023). Redes sociais e história digital. *Revista de Matemática, Ensino e Cultura – REMATEC*, (44), e2023004. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2023.n44.pe2023004.id509>

Número temático organizado por

Iran Abreu Mendes  

Luis Andrés Castillo  